

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO: O DISCURSO E A CAPACITAÇÃO ONLINE DOS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Autor: Deyvid Braga Ferreira; Co-autor (1): Simone da Costa Silva; Co-autor (2): Danielle da Costa Silva; Orientadora: Elione Maria Nogueira Diógenes

Faculdade de Tecnologia de Alagoas (FAT/AL), E-mail: deyvidbrafe@bol.com.br; Universidade Federal de Alagoas (UFAL), E-mail: simonecostaufal@gmail.com; Universidade Federal de Alagoas (UFAL) E-mail: daniellecostaufal@gmail.com; Universidade Federal de Alagoas (UFAL) E-mail: elionend@uol.com.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar de que forma os agente de segurança pública são “instruídos a se comportarem” quando na abordagem a pessoas da comunidade LGBTT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), em curso de capacitação online. A metodologia utilizada para o desvelar de tal problemática, será a pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Nossa perspectiva teórica será a da Análise do Discurso de vertente francesa, onde a categoria de estudos será a Formação Discursiva (FD). Os resultados desta pesquisa mostraram que o curso de capacitação apresenta conceitos dúbies e pouco claros, relegando muitas vezes ao policial o papel que o próprio Estado deveria adotar (protetivo, assistencialista...), mas omite-se.

Palavras – Chaves: Educação, Análise do Discurso, Relações de Gênero, Segurança Pública.

1. INTRODUÇÃO

É cada vez mais assente em nossa sociedade, que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm propiciando uma mudança não só nos hábitos e estilos de vida das diferentes gerações que convivem no mesmo ambiente (casa, lar). Isto porque, neste século, todos estão conectados, utilizando-se dos vários meios de comunicação para que possam interagir neste mundo novo e expansivo denominado de internet, sujeita a constantes transformações, onde qualquer pessoa de posse de um simples celular pode ter acesso a informação instantaneamente, no exato momento em que ela esta ocorrendo.

Segundo Bauman (2007), este cenário atual de “modernidade líquida” traz a tona um profissional que deve-se qualificar diuturnamente, independente de sua extenuante jornada de trabalho, pois vivemos em constantes transformações, onde a vida e a sociedade não conseguem manter sua forma ou seus padrões por muito tempo, precisando-se serem continuamente reinventados.

E isto se adequa perfeitamente em nosso país, pois o Brasil é um país de proporções continentais. Com polícias, policiais e doutrinas diferentes em cada parte de nosso território. Necessário, então, buscarmos uma forma, via TIC’s para não só propiciarmos educação mas, principalmente, para padronizarmos metodologias. Sendo por isso, que a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), cria diversos

curso de qualificação profissional, onde os policiais participantes poderão capacitar-se em qualquer “horário de folga” que lhe seja mais conveniente.

2. METODOLOGIA

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica, tendo em vista buscarmos subsídios teórico – doutrinários para tratarmos da temática: Educação e relações de gênero, conforme FLICK (2008). Nossa perspectiva teórica será a da Análise do Discurso de vertente francesa, onde a categoria de estudos será a Formação Discursiva (FD).

Nessa perspectiva, analisaremos o discurso presente no material do curso de Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, atualizado em 10/02/2009, mais precisamente acerca dos conceitos do módulo III, que trata da comunidade LGBTT, através da Análise do Discurso de Vertente Francesa.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

2.1 ANÁLISE DO DISCURSO DE VERTENTE FRANCESA

A Análise do Discurso, fundada por M. Pêcheux apoia-se na perspectiva marxista, adotando como conceitos centrais sujeito, história e ideologia. É sua filiação ao materialismo histórico e dialético que oferecerá uma possibilidade de ruptura epistemológica com o atual quadro vigente das análises da língua, tributárias de Saussure. Essa teoria científica (o materialismo histórico) advoga que a evolução do ser humano não pode ser entendida desvinculando-se da economia da história. Ou seja, o estudo das sociedades, em cada momento histórico (escravismo, feudalismo e capitalismo), deve ser atrelado ao estudo da situação econômica dada.

Para nós, o discurso é a língua posta em funcionamento por sujeitos inscritos em uma sociedade estratificada por classes sociais, onde este se utiliza de um conjunto de signos e significações que estão a sua disposição, para manutenção e reprodução de sua vida em sociedade. É nesse sentido, que conforme fora demonstrado em Pêcheux, haverá uma tridimensionalidade epistemológica nas regiões de confluência: o sujeito, a história e a ideologia (Língua, História e Ideologia).

O discurso será efetivado pela história na qual se produziu, que se utilizou da linguagem para ser externado, onde a ideologia é o

caminho de sua constituição/ materialização, que “possui o poder de (re) significar o já dito é instituir uma nova memória discursiva”, uma vez que não é concebível sua neutralidade ou pureza.

É nesse sentido que não existe um novo (o discurso “inédito”). Todo discurso é constituído sob a base de outros já existentes, sendo atravessado por outros que já existiram ou que virão a ser externados.

Para que possamos adentrar em nosso objeto de análise, ou seja, de que modo as questões de gênero são externadas nos curso de capacitação online, precisaremos desenvolver uma das categorias da Análise de Discurso, que será a Formação Discursiva.

2.2 FORMAÇÕES DISCURSIVAS

As Formações Discursivas possuem um entrelaçamento, um embricamento entre Ideologia, Formações Ideológicas e as Formações Discursivas.

O homem é um ser social, reagindo e interagindo nas práticas rotineiras do seu dia-a-dia. Ou seja, o ser humano “apoia-se na noção de homem como um ser que reage às demandas postas pela realidade objetiva, um ser que dá respostas a necessidades determinadas (Cavalcante, 2007, p. 40)”.

Nesse inter-relacionamento,

O homem torna-se um ser que dá respostas, precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social em pro porção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los (Lukács, 1978, p. 5).

Diante das condições que lhe são postas, o indivíduo faz sim, escolhas, mediante as possibilidades que lhe surgem. Numa hipótese mais simples, podemos compreender que sempre diante das condições postas o indivíduo, sempre poderá optar por “sim” ou “não”, frente às diferentes formas específicas de ideologia que lhe são veladas.

Essas formas ideológicas específicas são denominadas de Formações Ideológicas (FI). Segundo Haroche (1971, p. 102, *apud* Cavalcante 2007, p. 42)

As formações ideológicas são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põem em jogo práticas associadas às relações e classe. Trata-se de realidades contraditórias, na medida em que em uma conjuntura dada, as relações antagônicas de classe possibilitam o confronto de posições políticas e ideológicas que não são atos individuais, mas que se organizam em formações

conservando entre elas as relações antagônicas de aliança e de dominação.

É por esse motivo, que, numa dada formação ideológica, pode-se encontrar o confronto de ideias, posições, alianças ou, simplesmente, a subserviência de uma ideologia a outra dentro da FI, demonstrando uma sujeição/ dominação. É nessa perspectiva, que diferentes FI, mesmo que demonstrem antagonismo entre si, podem falar de questões como cidadania, patriotismo, segurança pública, atribuindo-lhes sentidos diferentes.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, (...) mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir, essa tese, dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referencia (...) as formações ideológicas (...) nas quais estas posições se inscrevem (Pêcheux, 1995, p. 160).

Cada Formação Ideológica contém, como um de seus componentes, uma ou várias Formações Discursivas. Em relação ao conceito de Formação Discursiva, esse será extraído da Arqueologia do Saber, de Foucault, servindo-se dela a AD, para designar:

Aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. (...) Diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (Pêcheux, 1995, p. 160 - 161).

É por esse motivo que a Formação Discursiva constitui-se como uma matriz de sentidos, comum a um conjunto de discursos que vem a expressar a posição assumida pelos sujeitos falantes, determinando o que se pode dizer e o que não se pode dizer dentro de um enunciado.

Não devemos pensar que uma formação discursiva seja um dispositivo estrutural fechado e o discurso seja um bloco uniforme. São diversas formações discursivas, que atravessadas por diversas vozes vindas de outros locutores que movimentam as filiações de sentido, criam possibilidades de modificações recíprocas, com o fito de se auto manter ou de se auto romper.

Com tal reciprocidade de informações nas materialidades discursivas, os sujeitos locutores não são:

Totalmente assujeitados às determinações sociais. Também rejeitamos a noção de sujeito livre, fonte de seu dizer. Defendemos um sujeito constituído nas práticas sociais concretas, por elas condicionado, mas também capaz de intervir, de provocar mudanças, uma vez que sendo a realidade social heterogênea e conflitiva, portanto descontínua, o processo de determinação nunca é linear, homogêneo, contínuo (Cavalcante, 2007, p. 47).

Não concordamos com a ideia de sujeitos totalmente assujeitados às determinações sociais. Também rejeitamos a noção de sujeito livre, fonte de seu dizer. Defendemos um sujeito constituído nas práticas sociais concretas, por elas condicionado, mas também capaz de intervir, de provocar mudanças, uma vez que sendo a realidade social heterogênea e conflitiva, portanto descontínua, o processo de determinação nunca é linear, homogêneo, contínuo.

O discurso produz –se e reproduz – se na humanidade para atender uma demanda específica, a possibilidade de produção e reprodução da espécie, através de sua forma material, que é a linguagem.

Segundo Orlandi, (2005, p. 15):

A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando. (...) Procura-se (com isso), compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história.

Todo discurso dialoga com outros discursos que o antecederam e o preconizam, cooptando elementos já produzidos. Ou seja, é produzido a partir outros discursos, com os quais concorda ou dos quais discorda de modo a repetir ou modificar sua tessitura. Isso se dá graças a um movimento de retomada de elementos já ditos que constituem uma memória discursiva.

Assim, é possível ressignificar o que já se disse, promovendo deslocamentos de forma que “se citem, se afirmem, se refutem”, possibilitando novos dizeres através do que já foi dito é que se denomina de interdiscurso. Segundo Orlandi (2005, p. 31).

O interdiscurso é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o (...) saber discursivo que torna possível

todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.

Outra categoria da AD é o intradiscorso definido por Orlandi (2005) como aquilo que o enunciador formula, num dado momento, ante a determinada conjuntura. seus e se significando, apresentando sempre novos sentidos ao que já fora dito. Isso é possível graças à memória discursiva. É ela que disponibiliza para o sujeito os elementos que comporão o seu discurso.

É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o interdiscorso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes à FD historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que se supões o (seu) enunciado inscrito na história (Naganime, 1998, p. 76 - 77).

São a partir desses pressupostos teóricos que pretendemos analisar a as significações em relação a questão de gênero e as representações sociais presentes no curso de Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, atualizado em 10/02/2009, mais precisamente acerca dos conceitos do módulo III, que trata da comunidade LGBTTT.

2.3 A QUESTÃO DO GÊNERO NO MATERIAL DIDÁTICO ONLINE

No Brasil, o único segmento do Estado que esta presente em qualquer local do município ou do distrito, é a polícia. Encarregada de defender e proteger a sociedade, a ela incumbe-se a espinhosa missão de tentar “promover a cidadania” as pessoas desassistidas e despossuídas, que a veem como a personificação do próprio estado, pois falta-lhes o básico.

Neste cenário, a questão relativa ao gênero merece um destaque especial. Cisne (2012), nos mostra que com o advento da revolução industrial e de acordo com a estruturação social das relações pela sociedade patriarcal capitalista, monta-se uma divisão sexual de classes/ gênero, necessárias a uma construção que legitime uma “divisão sexual do trabalho”, apta a manter o abuso e segregação social, marca indelével do capital, a legitimação da exploração do homem pelo próprio homem.

Vejamos, então, como o “material educacional”, “apresenta” ao leitor as definições de gênero:

Excerto 1 – Definição de Homossexual.

6.7.1 Definições dos homossexuais

a) Gay – Homossexual Masculino:

Não necessariamente afeminado.

Barbie – Gay/ homossexual masculino fisiculturista/ malhador ou praticante de artes marciais. Ex: Jiu – Jitsu

Gay afeminado – usa artificios femininos como peças do vestuário, brincos e anéis, e tem trejeitos ao andar e ao expressar-se;

b) Lésbicas – Homossexual feminino:

Não – necessariamente masculinizadas.

Quando profissional do sexo – trabalha em prostíbulos, boates de “strip-tease”, etc.

Quando masculinizada – usa artificios masculinos, como peças do vestuário (pochete, camisa esporte ou social, camiseta regata) e tem trejeitos ao andar e ao expressar-se.

c) Homossexual masculino que se traveste de mulher: “Travesti”.

Fonte: Curso de Atuação Frente a Grupos Vulneráveis – Módulo 3 (Pag 58)

O que estamos observando aqui?

Segundo Pêcheux (1993), os fenômenos lingüísticos superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento. Entretanto, devem ter a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de “condições de produção” do discurso.

O discurso, (Orlandi, 2005), será a palavra em movimento, uma prática de linguagem, pois poderemos observar o homem falando. É neste movimento, mais que na produção de sentidos, será produzido no contexto histórico os efeitos de sentido de gênero, os quais observamos acima.

O que isso significa: que o Estado, “adestrando” seu aparelho repressor lhe padronizando os tipos de pessoas que estão presentes no grupo LGBTT sob a forma de rótulos.

Por esse motivo, a materialidade discursiva está marcada pela contradição, pela fragmentação e pela heterogeneidade, uma vez que totaliza uma dispersão de superfícies lingüísticas, que em sua inscrição histórica definirá a

regularidade enunciativa. Isto acontece pois é na relação do discurso com as condições históricas postas que o “real” sentido do vernáculo se revela.

É por isso que poderemos afirmar que o sujeito do discurso muda o significado das palavras, conforme a conveniência que esta será empregada. Seu sentido não existe em si, será determinado pela posição ideológica do contexto em que o discurso será produzido. Exemplificando: o que é uma “barbie”? Perguntando para qualquer criança, dirá que é uma boneca de brincar, em detrimento de um “homossexual malhador”.

Esse amálgama de conceitos e sentidos (como tratar um integrante da comunidade LGBTT, visto que todos são cidadãos) sofrerão diversas significações nas FD’s de nossos policiais durante seus patrulhamentos ostensivos. E estas significações ocorrem por que também, os policiais nascem do seio da sociedade, por isso, herdam seus valores, estereótipos e preconceitos.

Vejamos outra situação.

Excerto 2 – Outra definição de Homossexual.

O cidadão homossexual ordeiro deve ser tratado de forma respeitosa, sem gracejos nem críticas, pelos policiais que o abordam ou são acionados por ele, em situação de vítima da criminalidade e abuso de poder.

Fonte: Curso de Atuação Frente a Grupos Vulneráveis – Módulo 3 (Pag 59)

Será que a palavra “ordeiro”, caiu neste trecho por acaso?

As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes para serem respeitadas e também para exercerem uma influencia no ambiente em que realizam seus atos [...] O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante [...] Uma variedade linguística vale o que vale na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles tem nas relações econômicas e sociais. (GNERRE, 1991, p. 05 - 06).

Ora, para nós, isto é uma forma de produção de efeitos de sentido, que mandam claramente um recado: somente poderá ter direito o “homossexual ordeiro”. E quem não for? Silencia-se, aqui, todo e qualquer tipo de desigualdade, de uma sociedade pautada na exploração do homem pelo homem e que se sustenta pela exploração dos desiguais. Silencia-se também a obediência hierárquica a que está

submetido todo agente de segurança, visto que se garantiu um direito a determinada classe.

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma dada formação social, estrutura que não é senão a da contradição da reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes (PÊCHEUX, 1995, p. 147).

Em uma sociedade estratificada por classes sociais, onde seu caráter conflituoso é observado em quaisquer locais (públicos ou privados), a manutenção de referências ideológicas que neguem ou alijem a tomada de consciência do indivíduo desse estado, é nodal para manter a subserviência que quem está alienado, impedindo a tomada de consciência e, conseqüentemente, compreensão de mundo; pois todo processo discursivo é materialmente inscrito numa relação ideológica de classes. Isso ocorre porque,

As contradições ideológicas que se desenvolvem através da [...] língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si os “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe (PÊCHEUX, 1995, p. 93).

Nesse discurso oficial, em sua tessitura, milhares de fios ideológicos são juntados, para que, de forma quase imperceptível, que tal discurso ganhe legitimação em detrimento de quaisquer outros, sem que isto provoque embates, pelo fato de que, quem fala não sou eu ou você, mas o governo.

O Estado brasileiro foi gestado para proteger a propriedade privada, para atender aos anseios das classes politicamente dominantes, e, sendo a Segurança Pública, um aparelho de Estado, cabe-lhe a função de manutenção dos interesses do mesmo; pois tais práticas, as práticas de cidadania, somente atingem a determinado percentual da população, buscando-se semanticamente, inculcar nesses profissionais a manutenção do “*status quo*” social, pois as regras do mercado, de um mundo cosmopolita, palco da transnacionalização do capital, sem fronteiras ou quaisquer tipos de barreiras culturais só poderão ser atingidas por aqueles cidadãos-proprietários.

O resultado desta pesquisa, nos mostra que o sujeito enunciante (aquele que elabora o material didático), fala do lugar da Formação Ideológica do capital. Suas palavras, convocam outros discursos para com ele dialogarem e conferir-lhes sua autenticidade, além de lhes atribuírem uma nova valoração que coadunem não só com os valores mais caros ao

capitalismo, mas com o projeto de sociabilidade que a classe dominante deseja.

3. CONCLUSÃO

Se antes a informação e as capacitações eram mitigadas e demoradas, demasiadamente cara, hoje através da TIC's temos acesso a uma vasta gama de informações, que nos fazem/ obrigam a possuir “outros olhares e outros interesses”, adequando-se as exigências atuais do mercado.

É neste cenário que a EAD mostra-se como uma ferramenta capaz de proporcionar a humanidade de uma forma mais geral, numa forma de inclusão social, desde que prepare o indivíduo para interagir com seu meio de forma crítica, madura e autônoma, tornando a sociedade mais humana.

Só que não foi isto que pudemos observar.

Para nós, fica evidente que o sujeito enunciante (o produtor do discurso/ material online) fala do lugar nesta Formação Ideológica do capital. Suas palavras, convocam outros discursos para com ele dialogarem e conferir-lhes sua autenticidade. É isso que fica evidente quando se afirma que “para o homossexual ordeiro” será dispensado um tratamento. E para quem não se enquadrar neste estereótipo? Que reprimendas sofrerá?

É preciso que se vença esta lógica perniciosa de formar, pois somente assim teremos um quadro diferenciado, pois é ilógico uma solução dentro das bases do próprio sistema capitalista ou dentro de uma tentativa vã de reformulação do próprio sistema, que é irreformável.

A alternativa será uma mudança profunda no sistema político e econômico vigente, perpassando por uma mudança na própria estrutura da sociedade.

Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas para além do acordo sobre este simples facto os caminhos dividem-se severamente. Pois, caso um determinado modo de reprodução da sociedade seja ele próprio tido como garantido, como o necessário quadro de intercâmbio social, nesse caso apenas são admitidos alguns ajustamentos menores em todos os domínios em nome da reforma, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações conjecturais e apriorísticas são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma a manter-se as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um

todo intactas, em conformidade com as exigências inalteráveis de um sistema reprodutivo na sua totalidade lógico (MESZÁROS, 2007, p. 27).

Concluimos entendendo que não podemos fechar os olhos para o avanço tecnológico propiciado pelas TIC's, que devem dar uma maior oportunidade ao profissional da segurança pública de construir uma pedagogia contra hegemônica, de forma que se adquira uma tomada de consciência política, objetivando o aumento, melhoria e aquisição de direitos civis, políticos, sociais e culturais, combatendo a estrutura perniciosa que produz e reproduz o modo de produção capitalista calcado na exploração do “homem pelo homem”. Com isso, nasce a necessidade de agir e intervir na sociedade, de forma consciente e racional.

4. REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista. 9 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição. Tradução de Michel Lahud *et all*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: O simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. *Situando a análise do discurso*. In:

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FLORENCIO, Ana Maria Gama *et all*. **Análise do discurso: Fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

CISNE, Míria. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VAISMAN, Éster. **A ideologia e sua determinação ontológica**. São Paulo: Revista Ensaio, nº 17/18, 1989.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Revista temas de Ciências Humanas, 1978.

_____. **História e consciência de classes: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico - filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MÉSZÁROS, Istévan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORLANDI, ENI P. (Org). **Gestos de leitura da história no discurso**. Tradução de Bethânia S.C. Mariani. São Paulo: UNICAMP, 1993.

_____. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 4ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi *et all*. 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi *et all*. 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1995.

_____. **Remontemos de Foucault a Espinosa**. Tradução de Maria do Rosário Gregolim. 1977. Texto mimeo.